

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

1. PREÂMBULO

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS, por meio da DIVISÃO DE COMPRAS – DCOM, torna pública a realização de licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a fim de receber propostas, visando a contratação pela Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul, de empresa especializada para a **construção de Centro de Pesquisa do Curso de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação na Unidade Universitária da UEMS de Paranaíba**, em atendimento ao Convênio nº 01.13.0418.00 -, celebrado entre Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul – FAPEMS, autorizada através do **Processo nº 29/500525/2017**.

A referida licitação será regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e subsidiariamente pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e demais especificações e condições constantes neste ato convocatório e, ainda, pelas disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e alterações posteriores c/c Lei Estadual nº 1.627, de 24 de novembro de 1995 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº 8.625, de 22 de julho de 1996 e alterações posteriores e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) e alterações posteriores, bem como, pelas demais normas pertinentes ao objeto desta licitação.

1.1. Poderão participar desta **Licitação** as empresas que atenderem às exigências deste Edital e seus Anexos.

1.2. A Licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atendendo para tanto os seguintes prazos:

1.2.1. As propostas serão recebidas à partir das **09 horas (horário do Mato Grosso do Sul), do dia 20 de outubro de 2017, pessoalmente, junto à Divisão de Compras, ou por correio com Aviso de Recebimento (AR), junto ao Setor de Protocolo da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul**, ambos localizados na Rodovia MS-162, Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Bloco A, Piso Térreo, CEP 79.804-970, neste município de Dourados/MS.

1.2.1.1. **Serão aceitas as propostas recebidas pela Divisão de Compras até a data limite de 06 de novembro de 2017, às 08 horas e 59 minutos (horário do Mato Grosso do Sul).**

1.2.2. A abertura da sessão terá início no **dia 06 de novembro de 2017, às 09 horas (horário do Mato Grosso do Sul)**, na **Sala de Licitação**, da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, localizada na Rodovia MS-162, Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, CEP 79.804-970, neste município de Dourados/MS.

1.2.2.1. Não será permitida a autenticação de documentos pelos membros da Comissão Permanente de Licitação nos **30 (trinta) minutos** que antecederem a abertura da sessão, de modo a não comprometer o início do certame.

1.3. As despesas correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	Chamada Pública MCTI/FINEP/CT – INFRA – 01/2013 – Unidade Gestora – FAPEMS
UNIDADE GESTORA	FAPEMS
NATUREZA DE DESPESA:	44905100 – Obras e Instalações
ITEM:	44905103 – Despesas com obras e edificações públicas
FONTE:	0142249013 – INFRAESTRUTURA – Convênio nº 01.13.0418.00

1.4.O **VALOR GLOBAL TOTAL DE REFERÊNCIA** para a execução dos serviços, objeto desta Tomada de Preços, calculado de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

(SINAPI) e com as Planilhas de Preços da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL), será de **R\$ 325.051,38 (trezentos e vinte e cinco mil, cinquenta e um reais e trinta e oito centavos)**, discriminados na seguinte forma:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA
01	Construção do Centro de Pesquisa do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, na Unidade Universitária da UEMS de Paranaíba, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais especificações constantes neste edital e seus anexos.	Serviço (execução de obras com fornecimento de materiais)	R\$ 325.051,38 (trezentos e vinte e cinco mil, cinquenta e um reais e trinta e oito centavos).

- 1.5. As propostas deverão ser ofertadas considerando o **VALOR GLOBAL de referência**.
- 1.6. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do **Convênio nº 01.13.0418.00**, celebrado entre a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul – FAPEMS.
- 1.7. A FAPEMS se reserva ao direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.
- 1.8. As despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento dentro da mesma programação financeira.
- 1.9. Os valores de referência representam o preço máximo que a Administração se dispõe a pagar pela execução da obra, considerados os serviços a serem realizados e as estimativas de quantidades de materiais a serem fornecidas para a total execução a obra.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto deste Edital a contratação de empresa especializada para a **construção do Centro de Pesquisa do Curso de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação na Unidade Universitária da UEMS de Paranaíba, MS**, mediante o regime de **Empreitada por Preço Global**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na Proposta Detalhe (Anexo II), Memorial Descritivo (Anexo I), Projeto Básico (Anexo III), Plantas (Anexo IV), Planilha Orçamentária (Anexo V-A), Cronograma (Anexo V-B) e demais anexos do presente Edital.
- 2.2. O prazo para a execução dos serviços será de no máximo **180 (cento e oitenta)** dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviços e a vigência do contrato terá o prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que possuam **credenciamento** regular junto ao **Cadastro Central de Fornecedores de Mato Grosso do Sul (CCF/MS)**, regulamentado pelo Decreto Estadual n. 14.803, de 18 de agosto de 2017 ou junto ao **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, regulamentado pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 e, ainda, aqueles que **não possuam credenciamento nos referidos sistemas**, mas que atendam à todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
- 3.2. As licitantes que não estiverem credenciadas junto ao **Certificado de Registro Cadastral perante o SICAF** e ao **Cadastro Central de Fornecedores de Mato Grosso do Sul (CCF/MS)** deverão encaminhar para a Comissão de Licitação a documentação de **Habilitação Cadastral** até o terceiro dia anterior à data prevista para a abertura das propostas, que ficará sob custódia da Comissão e comporá a documentação de habilitação junto com os demais documentos exigidos neste edital, nos termos do art. 22, §2º da Lei 8.666, de 1993.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

3.3. Os documentos da Habilitação Cadastral correspondem aos itens de (1) Habilitação Jurídica e (2) Regularidade Fiscal e Trabalhista e (3) Qualificação Econômico-Financeira exigidos neste edital, conforme dispõe o art. 10 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02, de 2010, os quais deverão ser acondicionados em envelope, conforme estabelecido para os documentos de habilitação.

3.4. A apresentação dos documentos da Habilitação Cadastral não isenta a entrega do envelope pertinente aos demais Documentos de Habilitação na ocasião oportuna fixada neste edital, ou seja, no momento de realização do certame.

3.5. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto aos Certificados apresentados (SICAF ou CCF/MS). A validade das certidões emitidas por meio da rede mundial de computadores (Internet) ficará condicionada à verificação da sua legitimidade por meio de consulta “on line”.

3.6. Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante credenciado, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelos representantes legais das empresas licitantes.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006, desde que, devidamente comprovada sua condição, **mediante a apresentação de Certidão da Junta Comercial**, conforme Instrução Normativa n. 103/07, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DOU de 22/05/2007, Seção I, p. 65).

3.8. Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

3.8.1. Não possuírem **Certificado de Registro Cadastral (CERCA), emitido pelo Cadastro Central de Fornecedores de Mato Grosso do Sul (CCF/MS)**, na forma do Decreto Estadual n. 14.803, de 18 de agosto de 2017 ou **Certificado de Registro Cadastral (CRC), emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, na forma do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, ou, ainda, **que não atenderem as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas;**

3.8.2. Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação;

3.8.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

3.8.4. Estiverem suspensas para participar de licitações e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal;

3.8.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal;

3.8.6. Estejam constituídas sob a forma de consórcio;

3.8.7. Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;

3.8.8. Estejam enquadradas nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º, da Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/93);

3.8.9. Tenham sido responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) da capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.8.10. Possuam como Sócio Majoritário, Administrador, Dirigente, Diretor, Representante, Procurador e/ou Responsável Técnico, pessoa que seja **Servidor do Quadro Permanente ou Comissionado** da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS;

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

3.8.11. Possuam como Sócio Majoritário, Administrador, Dirigente, Diretor, Representante, Procurador e/ou Responsável Técnico, pessoa que seja **Cônjuge, Companheiro(a), Ascendente, Descendente e/ou Colateral, até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade**, de Servidor do Quadro Permanente ou Comissionado da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS.

4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1. No local, data e horário indicado no item 1.2.2 e na presença do (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação será realizado o credenciamento dos interessados mediante a apresentação de documento de credenciamento que o autorize a participar deste certame, juntamente com Cédula de Identidade ou equivalente, bem como, **a Declaração para Credenciamento (Anexo VII), em separado dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”**.

4.2. As Licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representadas através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou outro documento que comprove os necessários poderes especiais para praticar os atos pertinentes ao certame.

4.2.1. No caso de sócio, proprietário ou dirigente da empresa Licitante, deverá ser apresentada **cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal**, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição. **Os referidos documentos deverão estar devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.**

4.2.2. No caso de procurador, deverá ser apresentado **instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida do dirigente, sócio ou proprietário da empresa** Licitante, devendo ser apresentada, ainda, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual e ata de eleição da Diretoria em exercício, na qual estejam expressos os poderes do signatário para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, em especial, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.3. No momento do credenciamento a Licitante deverá apresentar:

4.3.1. **Declaração para Credenciamento** dando **ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** (art. 4º, inciso VII, Lei 10.520/2002 e art. 8º, inciso V do Decreto Estadual nº 11.674/04) e **de que entrega os envelopes nº 01 e 02, contendo os Documentos para Habilitação e a Proposta de Preço**, conforme modelo contido no **Anexo VII** deste edital.

4.3.2. **Declaração** dando **ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, conforme modelo contido no **Anexo VII**, a qual deverá estar devidamente assinada pelo administrador da empresa.

4.4. Todos os documentos referidos nos subitens anteriores, necessários para o Credenciamento da Licitante e seu representante, deverão ser apresentados **FORA DE QUALQUER ENVELOPE**.

4.4.1. A ausência do Credenciamento a qualquer das fases do certame será interpretada como **desistência da prática dos atos a serem realizados** no referido momento.

4.5. Cada credenciado poderá representar somente uma licitante, salvo, nos casos de representação para lotes distintos.

4.5.1. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, as empresas controladas ou controladoras da mesma ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica como sócia.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

4.6. A empresa proponente somente poderá se pronunciar por meio de seu representante credenciado e ficará responsável pelas declarações e manifestações do mesmo.

ATENÇÃO!

4.7. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser apresentada em **cópia legível, devidamente autenticada** por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, e/ou documento disponível na Internet, no SITE oficial do órgão emissor. Documentos em fac-símile não serão aceitos.

4.8. Os documentos solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos. Na ausência de menção ao término da validade do documento será considerado como sendo de até **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua emissão.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. Para efeito de julgamento, a presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

5.1.1. O valor global de referência é aquele especificado no subitem 1.4 do presente Edital.

5.2. As licitantes interessadas deverão apresentar 02 (dois) envelopes fechados de forma a não permitir sua violação, até a data e horário estipulados para a entrega das propostas, cada um deles correspondendo a uma fase do processo licitatório. Os envelopes das Licitantes participantes deverão ser devidamente identificados, conforme segue:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
DIVISÃO DE COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017

LICITANTE PROPONENTE: _____

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
DIVISÃO DE COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017

LICITANTE PROPONENTE: _____

5.3. **DA ENTREGA DOS ENVELOPES:**

5.3.1. O **prazo para a entrega** dos Envelopes nº 01 e nº 02, respectivamente, Documentação de Habilitação e Proposta de Preços é aquele determinado no subitem 1.2.1.1. do presente Edital.

5.3.2. O local de entrega será a **Divisão de Compras**, Bloco A, da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, localizada na Cidade Universitária de Dourados – MS, Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Caixa Postal 351, CEP 79804-970, Dourados/MS.

5.3.3. Será aceita a remessa dos envelopes, através dos Correios, desde que os mesmos sejam entregues até o dia e hora marcados no subitem 1.2.1.1. e contenham **Aviso de Recebimento (AR)**.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

5.3.3.1. No caso de envio dos envelopes via Correios, os envelopes deverão estar acondicionados num **TERCEIRO ENVELOPE**, devendo este ser postado para o seguinte endereço e com a seguinte identificação:

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL – UEMS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS – MS
DIVISÃO DE COMPRAS**

**Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Caixa Postal
351,
CEP 79804-970, Dourados/MS**

**Tomada de Preço nº 001/2017
A/C COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ATENÇÃO!!!

**ESTE ENVELOPE CONTÉM DOCUMENTOS REFERENTES À
EXECUÇÃO DE LICITAÇÃO E SOMENTE PODE SER ABERTO
PELOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA UEMS.**

6. DA DOCUMENTAÇÃO E DOS ENVELOPES

6.1. A documentação exigida no presente edital e seus anexos deverá ser acondicionada em dois envelopes fechados/lacrados/indevassáveis distintos e deverão ser entregues pessoalmente ou via correspondência com Aviso de Recebimento (AR), à Comissão Permanente de Licitação, nos moldes estabelecidos no subitem 5.3. do presente Edital.

6.2. O conteúdo de cada envelope será aquele especificado nos subitens abaixo.

6.3. DO ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.3.1. Participarão desta Licitação interessados regularmente cadastrados no **Cadastro Central de Fornecedores de Mato Grosso do Sul (CCF/MS)** ou no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, em relação aos níveis de **habilitação jurídica**, **regularidade fiscal e trabalhista** e **qualificação econômico-financeira**, e entidades não credenciadas nos referidos sistemas, mas que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

6.3.1.1. As licitantes que não atendam aos requisitos para a emissão do **Certificado de Registro Cadastral (CERCA)** perante o Cadastro Central de Fornecedores de Mato Grosso do Sul (CCF/MS) ou do **Certificado de Registro Cadastral (CRC)** perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) deverão encaminhar para a Comissão de Licitação a documentação de **Habilitação Cadastral** até o terceiro dia anterior à data prevista para a abertura das propostas, que ficará sob custódia da Comissão Permanente de Licitação e comporá a documentação de habilitação junto com os demais documentos exigidos neste edital, nos termos do artigo 22, §2º da Lei nº 8.666/93.

6.3.1.2. Os documentos da **Habilitação Cadastral** correspondem aos itens de Habilitação Jurídica (subitem 6.3.9), Regularidade Fiscal e Trabalhista (subitem 6.3.10) e Qualificação

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

Econômico-Financeira (subitem 6.3.11) exigidos neste edital, os quais deverão ser acondicionados em envelope, conforme estabelecido para os documentos de habilitação.

ATENÇÃO!

6.3.2. A apresentação dos documentos da **Habilitação Cadastral** não isenta a entrega do envelope pertinente aos demais Documentos de Habilitação na ocasião oportuna fixada neste edital, ou seja, na data de realização do certame.

6.3.3. Caso o **Certificado de Registro Cadastral** apresentado possua informações com data de validade vencida, deverá ser apresentado dentro do Envelope nº 01, documento equivalente, atualizado e válido.

6.3.4. A Comissão Permanente de Licitações poderá consultar os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF. A validade das certidões emitidas por meio da rede mundial de computadores (Internet) ficará condicionada à verificação da sua legitimidade por meio de consulta “on line”.

6.3.5. Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante credenciado, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelos representantes legais das empresas licitantes.

6.3.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

6.3.7. A título de Habilitação no certame, as Licitantes deverão apresentar a seguinte documentação no Envelope nº 01, salvo quando as informações pertinentes estiverem contempladas de forma regular no **Cadastro Central de Fornecedores de Mato Grosso do Sul (CCF/MS)** ou no **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF)**:

6.3.8. **DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO:**

6.3.8.1. **Declaração** de que está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e seus anexos, conforme modelo do **Anexo VIII**, deste Edital;

6.3.8.2. **Declaração** de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, estando ciente de sua obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo do **Anexo VIII**, deste Edital;

6.3.8.3. **Declaração** de que a Licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma do disposto no art. 27, inciso V da Lei 8.666/93 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do **Anexo VIII**, deste Edital;

6.3.8.4. **Declaração** da Licitante de que não possui como Sócio Majoritário, Administrador, Dirigente, Diretor, Representante, Procurador e/ou Responsável Técnico, pessoa que seja **Servidor do Quadro Permanente ou Comissionado** da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul – FAPEMS conforme modelo do **Anexo VIII**, deste Edital, devendo esta ser assinada pelo Representante Legal da Licitantes;

6.3.8.5. **Declaração** da Licitante de que não possui como Sócio Majoritário, Administrador, Dirigente, Diretor, Representante, Procurador e/ou Responsável Técnico, pessoa que seja **Cônjuge, Companheiro(a), Ascendente, Descendente e/ou Colateral até o terceiro grau,**

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

por consanguinidade ou afinidade de Servidor do Quadro Permanente ou Comissionado da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul – FAPEMS conforme modelo do **Anexo VIII**, deste Edital, devendo esta ser assinada pelo Representante Legal da Licitantes;

6.3.8.6. **Declaração** de que as todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do serviço, correrão às suas expensas, nos termos do modelo constante no **Anexo VIII** do presente edital;

6.3.8.7. **Declaração de enquadramento da Licitante como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) (Anexo XI)**, assinada pelo representante legal da empresa Licitante, comprovando estar registrada na condição de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007 possibilitando à empresa usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

6.3.8.7.1. A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas Licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

6.3.8.7.2. A participação em licitação na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A Comissão Permanente de Licitação poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

6.3.9. **REGULARIDADE JURÍDICA:**

6.3.9.1. **Cédula de Identidade** do proprietário, dos sócios ou do(s) diretor(es);

6.3.9.2. **Registro na Junta Comercial**, no caso de empresário individual;

6.3.9.3. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

6.3.9.4. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

6.3.9.5. **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, acompanhada de ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3.10. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

6.3.10.1. Prova de inscrição no **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**, junto a Receita Federal;

6.3.10.2. Prova de regularidade fiscal, através de **Certidão Negativa de Débito (CND)**, para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

6.3.10.3. Prova de situação regular com o FGTS, através do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**, junto a Caixa Econômica Federal (CEF), conforme Lei nº 8.036/90;

6.3.10.4. Prova de regularidade Trabalhista mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** (Lei nº 12.440 de 07/07/2011);

6.3.10.5. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas;

6.3.10.6. Caso a Licitante seja Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

6.3.10.6.1. A Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) que apresentar restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá apresentar **Declaração**, assumindo o compromisso de promover sua regularização, se vencedora do certame, conforme modelo contido no **Anexo XI** deste edital, informando se há restrições em sua regularidade fiscal, se comprometendo a regularizar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis (art. 43, § 1º LC 123/06).

6.3.11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.3.11.1. **Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da Licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

6.3.11.2. Demonstrações Contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, compostas do **Balanco Patrimonial**, com **Termo de Abertura e Encerramento, devidamente registrado na Junta Comercial da localidade de domicílio ou sede da Licitante**, e da **Demonstração de Resultado do Exercício**, que comprovem a boa situação financeira da Licitante, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.3.11.2.1. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis **deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente**, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

6.3.11.2.2. As empresas criadas no exercício em curso deverão apresentar cópia do Balanço de Abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

6.3.11.2.3. Quando se tratar de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima, admitir-se-á a apresentação do balanço devidamente registrado acompanhado da cópia da respectiva publicação na Imprensa Oficial.

6.3.11.3. A boa situação financeira da Licitante será avaliada pelos **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)**, maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO TOTAL}}$$

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

6.3.11.3.1. Os cálculos deverão ser apresentados em **Memorial de Cálculo** separado do balanço patrimonial, com carimbo e assinatura do Contador ou de outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

6.3.11.3.2. As Licitantes que apresentarem resultado igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de (LG), (SG) e (LC), deverão comprovar patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, permitindo-se sua atualização através de índices oficiais.

6.3.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.3.12.1. Todas as Licitantes, credenciadas ou não no **Cadastro Central de Fornecedores de Mato Grosso do Sul (CCF/MS)** ou no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, deverão comprovar, ainda, a sua qualificação técnica, por meio da apresentação dos seguintes documentos dentro do Envelope nº 1:

6.3.12.1.1. **Registro** ou **inscrição** da empresa Licitante e do seu Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e /ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

6.3.12.1.2. **Atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, devidamente certificada pela entidade profissional competente da região onde foram executados os serviços, comprovando ter executado obra semelhante ao objeto da presente licitação, compatível em características, quantidades e prazos. O atestado deverá ser acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada no CREA, do profissional que foi responsável técnico pelos serviços.

6.3.12.1.2.1. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresa pertencentes ao mesmo grupo empresarial proponente.

6.3.12.1.2.2. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou que já tenham decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

6.3.12.1.2.3. A Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados

6.3.12.1.3. **Comprovação** da Licitante de possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, e que já tenha executado obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da presente licitação.

6.3.12.1.3.1. A comprovação das condições exigidas no subitem anterior deverá ser realizada por meio dos seguintes documentos:

- a. Se empregado: cópia da ficha do livro de registro de empregado registrada na DRT ou cópia da CTPS.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

- b. Se sócio: cópia do contrato social, com todas as alterações, devidamente registrado no órgão competente.
- c. Se diretor: cópia do contrato social, em se tratando de sociedade limitada; ou cópia da ata de eleição, devidamente publicada na imprensa, caso seja sociedade anônima.
- d. Se responsável técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA/CAU da Sede ou Filial da Licitante onde conste o registro do profissional como Responsável Técnico.
- e. Se prestador de serviços: cópia do contrato de prestação de serviços firmado com a Licitante.
- f. Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do profissional com características semelhantes ao objeto da presente licitação.

6.3.12.1.3.2. Não será considerado como pertencente ao quadro permanente de pessoal da Licitante aquele profissional contratado na condição de autônomo ou eventual.

6.3.12.1.3.3. Caso a comprovação de vínculo seja a elencada no item f. do subitem 6.3.12.1.3.1., o atestado do profissional credenciado poderá ser emitido por órgãos públicos, autarquias, empresa de economia mista ou empresas privadas, comprovando a execução de serviços pertinentes em quantidades compatíveis com o objeto da licitação, devidamente registrado na entidade competente.

6.3.12.1.3.4. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresa pertencentes ao mesmo grupo empresarial proponente.

6.3.12.1.3.5. O profissional credenciado indicado pela Licitante deverá participar da obra objeto desta licitação, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada expressamente pela Administração.

6.3.12.1.3.6. Caso a Licitante vencedora não pertença à jurisdição da entidade competente do Estado do Mato Grosso do Sul, deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato, o registro do seu visto na mesma.

6.3.12.1.3.7. A previsão constante no subitem anterior aplica-se também ao responsável técnico da Licitante.

6.3.12.1.4. As Licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta Tomada de Preço.

6.3.12.1.5. **Declaração** formal de disponibilidade, sob as penas de inabilitação, das máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, conforme **Anexo VIII** do presente Edital.

6.3.12.1.6. **Declaração** de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme **Anexo VIII** do presente Edital.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

6.3.12.2. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da Licitantes proponente, as empresas controladas ou controladoras da mesma ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica como sócia.

6.3.12.3. O profissional apresentado para o cumprimento do subitem 6.3.12.1.3 deverá estar habilitado a desempenhar as atribuições próprias da sua formação, nos termos do Decreto Federal nº 23.569/93 e/ou da Resolução nº 218/73, do CONFEA e da Lei nº 12.378/2010.

6.3.12.3.1. Não obstante as previsões específicas do subitem anterior, o profissional ainda deverá atender a toda e qualquer exigência constante em lei ou ato normativo, ainda que administrativo, inerente ao exercício das atribuições da profissão, especialmente àquelas emanadas da entidade de classe competente.

6.3.13. **DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

6.3.13.1. De forma a tornar mais célere a Fase de Habilitação, os documentos que integram o Envelope nº 01 deverão ser acondicionados preferencialmente de forma sequenciada, respeitando a ordem em que foram solicitados pelo presente edital.

6.3.13.2. As certidões apresentadas pela Licitante que não tragam sua validade expressa serão consideradas como válidas por **60 (sessenta) dias da data de expedição**.

6.3.13.3. Não serão aceitos documentos e/ou certificados:

6.3.13.3.1. Com data de validade vencida;

6.3.13.3.2. Subscritos por mandatário não habilitado legalmente para representar a Licitante.

6.3.13.4. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.3.13.4.1. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública.

6.3.13.5. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

6.4. **DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS:**

6.4.1. O Envelope nº 02 conterà a documentação referente à proposta da Licitante, devendo esta atender aos requisitos e formalidades a seguir elencadas, sob pena de desclassificação da mesma.

6.4.2. Toda a documentação referente à proposta será redigida no idioma pátrio, impressa em papel timbrado da Licitante, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da Licitante, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas, omissões, ou qualquer coisa do gênero, que acarrete lesão ao direito das demais Licitantes, prejuízo à Administração e/ou impeçam exata compreensão de seu conteúdo.

6.4.3. Para fins de cotação e elaboração da proposta, as Licitantes deverão observar o último Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como a

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

integralidade do Memorial Descritivo/Projeto Básico, planilha de composição de preços e demais anexos deste edital.

6.4.4. Nos preços unitários e globais propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4.5. Os preços globais propostos deverão sempre atender à totalidade da quantidade exigida por item, não sendo aceitos aqueles que contemplem apenas parte do objeto.

6.4.6. A proposta deverá ser apresentada nos moldes do **Modelo de Proposta (Anexo II) e Planilha de Quantificação e Orçamento em Branco (Anexo V-B)**, contendo todos os preços, por itens, considerando os valores unitários, das fases e etapas e, por preço global, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, sendo os valores numéricos calculados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se o remanescente.

6.4.7. Como critério de aceitabilidade dos preços unitários, os valores constantes da **Planilha de Quantificação e Orçamento (Anexo V-A)**, representam os preços máximos que a Administração pagará pelos materiais e serviços.

6.4.8. A Licitante, quando do preenchimento da **Planilha de Quantificação e Orçamento em Branco (Anexo V-B)**, **quando se aplicar**, deverá indicar a marca dos produtos cotados, sendo vedadas a indicação de mais de uma marca e/ou a utilização de expressões de cunho genérico, como, por exemplo, “ou similar”.

6.4.8.1. Caso a marca dos produtos cotados vier seguida de expressão de cunho genérico, prevalecerá, para todos os efeitos, única e tão somente a marca como indicada na planilha apresentada pelo proponente.

6.4.9. Não serão aceitas propostas opcionais para o mesmo serviço.

6.4.10. A proposta enviada deverá ser elaborada conforme **Modelo de Proposta (Anexo II)** e deverá conter:

6.4.10.1. **Pelo menos na última folha**, Razão social/Nome, CNPJ/CPF e inscrição estadual da Licitante;

6.4.10.2. **Pelo menos na última folha**, data e assinatura do Representante Legal da Licitante;

6.4.10.2.1. **As demais folhas deverão** ser rubricadas, vistas ou assinadas pelo Representante Legal da Licitante;

6.4.10.3. O Número da Tomada de Preço e Processo Licitatório;

6.4.10.4. Dados de contato da Licitante (Endereço, e-mail, telefones, etc);

6.4.10.5. Dados bancários (Nome do banco, número da agência e número da conta corrente) para fins de recebimento dos pagamentos;

6.4.10.6. O **valor global da proposta, sem e com BDI**, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos e por extenso, sendo os valores numéricos calculados com **02 (duas) casas decimais após a vírgula**, arredondando-se o remanescente;

6.4.10.6.1. Havendo divergência entre os valores apresentados em algarismos arábicos e por extenso, prevalecerão aqueles apresentados por extenso.

6.4.10.7. **Descrição detalhada** do objeto;

6.4.10.8. Prazo de início de execução do objeto não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Execução de Serviço ou outro instrumento equivalente;

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

6.4.10.9. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

6.4.10.10. Prazo de garantia do objeto não inferior a 05 (cinco) anos;

6.4.11. Também deverá ser entregue no Envelope nº 02:

6.4.11.1. **Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente**, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/09, conforme **Anexo X** a este edital.

6.4.11.2. **Planilha de Quantificação e Orçamento (Anexo V-B)** contendo todos os itens necessários devidamente preenchidos, inclusive composições unitárias dos custos dos serviços;

6.4.11.2.1. Na composição dos preços unitários, a Licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.

6.4.11.2.2. Todos os dados informados pela Licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

6.4.11.2.3. Divergências de cálculos no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela Licitante, ou corrigida a carimim pela Comissão Permanente de Licitações, no prazo indicado pela Comissão Permanente de Licitação, desde que não haja majoração do preço proposto.

6.4.11.2.4. Caso a planilha necessite de correções devido a divergências nos cálculos, será considerado o de menor valor.

6.4.11.2.5. Não serão admitidas alterações nos itens e quantidades especificados na planilha que fora disponibilizada pela Administração, caso sejam constatadas alterações em itens e materiais, a empresa será desclassificada.

6.4.11.3. **Composição do BDI**, conforme **Anexo XIII**, o qual deverá ser aplicado ao final da proposta, sobre o valor total, excluindo-se os itens a que não se aplicam; conforme Súmula nº 258 – TCU.

6.4.11.4. **Para composição de cálculos deverão ser aplicados, no que se refere ao ISS, a tributação aplicável ao município de execução da obra - Paranaíba-MS.**

6.4.11.4.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

6.4.11.4.2. As alíquotas de tributos cotadas pela Licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

6.4.11.4.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSSL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

6.4.11.4.4. As Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003,

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

- 6.4.11.4.5. As Licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.
- 6.4.11.4.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.4.11.4.7. Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto nº 7.983/2013;
- 6.4.11.4.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.
- 6.4.11.5. **Cronograma Físico-financeiro**, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Memorial Descritivo/Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme **Anexo VI-B** do presente Edital.
- 6.4.11.6. **Declaração de Conhecimento do Local (Anexo IX-A) ou Declaração de Vistoria Técnica (Anexo IX-B)**, devidamente assinada pelo Representante Legal da empresa Licitante e por servidor da UEMS designado para esse fim, quando for o caso;
 - 6.4.11.6.1. **É recomendada realização de vistoria técnica no local onde será executada a obra;**
 - 6.4.11.6.2. A vistoria prévia constitui condição para auxílio na confirmação dos quantitativos de materiais de consumo, equipamentos e utensílios, que serão utilizados durante a execução do contrato, bem como para avaliação das áreas, visto que não serão aceitas quaisquer alegações posteriores de desconhecimento do local de intervenção para omissão de obrigações contratuais ou das exigências contidas neste documento.
 - 6.4.11.6.3. A vistoria prévia representa direito do licitante e não sua obrigação, amparado pela razoabilidade.
 - 6.4.11.6.4. A vistoria, quando realizada, será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(67) 3503-1006**.
 - 6.4.11.6.5. O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;
 - 6.4.11.6.6. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

- 6.4.11.6.7. Em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes da vistoria, devendo a empresa vencedora do certame assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4.11.6.8. **Na opção da não realização da vistoria**, a Empresa deverá, no ato de apresentação das propostas para o certame licitatório, apresentar Declaração de Conhecimento do Local, nos moldes do **Anexo IX-A** do presente Edital, demonstrando pleno conhecimento do local onde estão localizadas as estruturas, e de suas peculiaridades, não podendo alegar futuramente desconhecimentos das condições do local, em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.
- 6.4.12. A Licitante deverá apresentar também em mídia digital (CD, DVD e/ou Pen Drive), **sob pena de desclassificação**, os seguintes documentos devidamente preenchidos: Modelo de Proposta (Anexo II), Planilha de Quantificação e Orçamento preenchida (conforme Anexo V-B), Cronograma Físico-Financeiro preenchido (Anexo VI-B), Composição de BDI (Anexo XIII) e Ficha Cadastral (Anexo XIV-A e/ou XIV-B);
- 6.4.13. **Os documentos solicitados no subitem anterior, também deverão ser apresentados de forma impressa, nos envelopes adequados, sob pena de desclassificação.**
- 6.4.14. Considerar-se-ão aceitas tacitamente pelo proponente, todas as condições estabelecidas no presente edital e seus anexos, quando da entrega de sua proposta.
- 6.4.15. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de entrega da mesma.
- 6.4.16. Nas propostas em que for verificada discordância entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro.
- 6.4.17. Sendo constatada mera omissão ou irregularidade formal na proposta, esta poderá ser sanada, desde que se faça de imediato e não acarrete prejuízo para a Administração e/ou demais Licitantes.
- 6.4.18. Quando a omissão ou irregularidade formal incidir ou influenciar, de qualquer forma, sob a validade das propostas, esta deverá ser desclassificada.

7. DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO

7.1. DAS REGRAS GERAIS DA SESSÃO:

7.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente as Licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

7.1.1.1. Aquele que, não sendo Licitante ou representante credenciado, agir em desconformidade com o subitem anterior será convidado a se retirar do local, hipótese em que, não o fazendo, será retirado, ainda que contra a sua vontade, de forma coercitiva, ficando proibido o seu retorno ao mesmo.

7.1.1.2. A Licitante ou representante credenciado que agir em desconformidade com o subitem anterior será advertido expressamente, constando tal advertência em ata, e, no caso de reincidência, será eliminado do certame e convidado a se retirar do local, hipótese em que, não o fazendo, será retirado, ainda que contra a sua vontade, de forma coercitiva, ficando proibido o seu retorno ao mesmo.

7.1.2. Havendo a necessidade de se suspender a sessão a Comissão Permanente de Licitação informará a nova data, horário e local para o prosseguimento da licitação por intermédio de edital

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

próprio a ser publicado no DOE/MS e no site http://www.uems.br/pro_reitoria/administracao/licitacoes.

7.1.2.1. Ocorrendo o caso previsto no subitem anterior, os Membros da Comissão Permanente de Licitação e Licitantes presentes deverão rubricar todos os documentos apresentados até o momento, bem como todos envelopes que ainda se encontrarem lacrados, que ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação, até a realização da Sessão de Prosseguimento.

7.1.2.2. A Licitante cuja documentação apresentada na Sessão anterior encontrar-se-á vencida e/ou desatualizada no momento da realização da Sessão posterior, deverá providenciar a regularização e/ou atualização da mesma até o momento de abertura da Sessão, sob pena de inabilitação posterior, desclassificação e/ou eliminação do certame.

7.1.3. Tendo dado início à sessão, no dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença das Licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como toda e qualquer documentação complementar exigida no presente edital, e proceder-se-á à fase de habilitação.

7.1.4. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

7.1.5. Após a fase de credenciamento das Licitantes, nos moldes do disposto no item 4 do presente Edital, terá início a fase de abertura do envelope nº 01 e Habilitação das empresas.

7.2. DA FASE DE HABILITAÇÃO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO):

7.2.1. A fase de habilitação obedecerá ao seguinte procedimento:

7.2.1.1. **Abertura do Envelope nº 01 (Documentação de Habilitação)**, contendo a documentação relativa à habilitação das Licitantes e sua apreciação, de acordo com os requisitos previstos neste edital.

7.2.1.1.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelas Licitantes presentes.

7.2.1.1.2. Sendo constatada mera omissão ou irregularidade formal na documentação, esta poderá ser sanada, desde que se faça de imediato e não acarrete prejuízo para a Administração e/ou demais Licitantes.

7.2.1.1.2.1. Quando a omissão ou irregularidade formal **não puder ser sanada de imediato, a Licitante será inabilitada, desclassificada e/ou eliminada** do certame, **ainda que não acarrete prejuízo para a Administração e/ou demais Licitantes**, ressalvado o tratamento diferenciado para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.2.1.1.3. Em nenhuma hipótese será permitida a alteração ou correção da documentação entregue, ressalvado o disposto no subitem 7.2.1.1.2 e 7.2.1.1.2.1.

7.2.1.1.3.1. Não será concedido prazo para apresentação de novos documentos, atualização dos já entregues e/ou entrega daqueles que estiverem faltando, ressalvado o tratamento diferenciado para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como, o disposto no artigo 48, §3º da Lei nº 8.666/93.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

- 7.2.1.1.4. A Comissão Permanente de Licitação poderá, se julgar necessário, averiguar, por todo e qualquer meio que julgar adequado, a veracidade da documentação apresentada.
- 7.2.1.1.5. À Comissão Permanente de Licitação será permitida a realização de diligência para averiguar se a Licitante realmente cumpre todas as exigências previstas neste Edital e seus anexos.
- 7.2.1.1.6. Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso na forma definida neste Edital.

7.2.1.2. **Devolução do Envelope nº 02 (Proposta de Preços), fechado**, às Licitantes inabilitadas, desclassificadas e/ou eliminadas do certame, desde que não haja recurso ou após a sua denegação.

7.2.2. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que deverá ser assinada pelas Licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, devendo toda e qualquer declaração e/ou ocorrência nela constar obrigatoriamente.

7.2.3. Estando os representantes de todas as Licitantes presentes, a Comissão Permanente de Licitação poderá consultá-los sobre a possibilidade de desistência expressa do prazo recursal, ocasião em que, sendo afirmativa e expressa a resposta, devidamente comprovada em ata, proceder-se-á imediatamente à abertura do Envelope nº 02, contendo a proposta.

7.2.3.1. Não havendo desistência do prazo recursal, ainda que por apenas uma das Licitantes, a abertura do Envelope nº 02 (Proposta de Preços) será realizada em sessão própria, após o esgotamento do prazo recursal e, havendo interposição de recurso, após o julgamento e publicação deste.

7.2.3.2. Os Envelopes nº 02 (Proposta de Preços) deverão ser rubricados pelas Licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

7.2.3.3. O dia, horário e local da Sessão de Prosseguimento, na qual será realizada a abertura do Envelope nº 02, será informado pela Comissão Permanente de Licitação por intermédio de edital próprio a ser publicado no DOE/MS e no site http://www.uems.br/pro_reitoria/administracao/licitacoes.

7.3. DA FASE DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS):

7.3.1. Uma vez iniciada a fase de avaliação das propostas, que ocorrerá em sessão de prosseguimento destinada à mesma, ou logo após a fase de habilitação, nos termos do subitem 7.2.3., proceder-se-á da seguinte forma:

- 7.3.1.1. Será realizada a Inabilitação Posterior das Licitantes que encontrarem-se com a documentação da fase de habilitação vencida e não apresentarem, neste momento, nova documentação válida.
- 7.3.1.2. Será realizada a conferência e validação de toda a documentação e envelopes que, nos termos do subitem 7.2.3.2, foram deixados sob os cuidados da Comissão Permanente de Licitação, sendo registrada em Ata a inviolabilidade dos mesmos.
- 7.3.1.3. Será realizada a abertura do Envelope nº 02 (Proposta de Preços), contendo as propostas e demais documentação solicitada das Licitantes, e sua apreciação, de acordo com os requisitos previstos neste edital.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

7.3.1.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelas Licitantes presentes, tomando assim ciência dos preços e condições oferecidas.

7.3.1.3.1.1. A Comissão Permanente de Licitação, ao verificar as propostas apresentadas, desclassificará, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos.

7.3.1.3.1.2. Nas propostas em que for verificada discordância entre os preços unitário e total, prevalecerá o primeiro.

7.3.1.3.2. Sendo constatada mera omissão ou irregularidade formal na proposta, esta poderá ser sanada, desde que se faça de imediato e não acarrete prejuízo para a Administração e/ou demais Licitantes.

7.3.1.3.2.1. Quando a omissão ou irregularidade formal **não puder ser sanada de imediato**, a **Licitante será inabilitada, desclassificada e/ou eliminada** do certame, **ainda que não acarrete prejuízo para a Administração e/ou demais Licitantes**.

7.3.1.3.3. Em nenhuma hipótese será permitida a alteração ou correção da documentação entregue, ressalvado o previsto no subitem 7.3.1.3.2 e o tratamento diferenciado para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1.3.4. Não será concedido prazo para apresentação de novos documentos, atualização dos já entregues e/ou entrega daqueles que estiverem faltando, ressalvado o tratamento diferenciado para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e o previsto no artigo 48, §3º da Lei nº 8.666/93.

7.3.1.4. Será declarada qual Licitante é a vencedora do certame, seguida dos trâmites legais para a Homologação do Certame e Adjudicação do Objeto.

7.3.1.4.1. Do resultado do julgamento das propostas caberá recurso na forma definida neste Edital.

7.3.1.4.2. O resultado será publicado no Diário Oficial do MS.

7.3.1.4.3. No caso de decair o direito do adjudicatário à contratação do objeto licitado, a Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS poderá revogar o presente certame ou convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratar, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. Para fins de Avaliação, Julgamento e Escolha da Melhor Proposta serão utilizados os seguintes critérios:

8.1.1. O valor estimado pela Administração perfaz o montante de **RS 325.051,38 (trezentos e vinte e cinco mil, cinquenta e um reais e trinta e oito centavos)**, que equivale ao valor orçado de acordo com o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e com as Planilhas de Preços da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL).

8.1.1.1. Valor estimado é o preço máximo que a Administração se dispõe a pagar, por contratação, consideradas as estimativas de quantidades a serem executadas.

8.1.2. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO GLOBAL (COM BDI)**.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

- 8.1.3. Para efeito de julgamento da proposta, não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital e seus anexos.
- 8.1.4. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.
- 8.1.4.1. Em caso de empate entre as propostas de duas ou mais Licitantes, ressalvadas as previsões específicas do subitem 8.1.4.3 e seguintes, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 8.1.4.1.1. Produzidos no País;
- 8.1.4.1.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 8.1.4.1.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 8.1.4.2. Se, após observado o que prevê o subitem 8.1.4.1 e esgotados os demais critérios de desempate previstos em lei, persistir o empate, a escolha da Licitante vencedora ocorrerá por meio de sorteio, para o qual as Licitantes habilitadas serão convocadas.
- 8.1.4.3. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas Licitantes classificadas. Havendo Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) participantes, procederá à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.1.4.3.1. Nestas condições, as propostas de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se encontrarem na faixa de **até 10% (dez por cento)** acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.1.4.3.1.1. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará as Licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.
- 8.1.4.3.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de realizar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, o que ficará registrado em ata.
- 8.1.4.3.2.1. Neste caso, a Licitante terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para a entrega da nova oferta, devidamente atualizada, que deverá obedecer a todas as formalidades deste Edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 8.1.4.3.3. Caso a Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais Licitantes Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.1.4.3.4. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.
- 8.1.4.3.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos moldes estabelecidos no subitem 8.1.4.1 e 8.1.4.2 do presente Edital;

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

- 8.2. Será desclassificada a proposta que:
- 8.2.1. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.
 - 8.2.2. Inverter documentação dos Envelopes, ou deixar de apresentá-las.
 - 8.2.3. Apresentar preços superiores ao valor estimado pela Administração para contratação.
 - 8.2.4. Violar ou não estiver de acordo, no todo ou em parte, com as normas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
 - 8.2.5. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
 - 8.2.6. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos.
 - 8.2.7. Contiver oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais Licitantes.
 - 8.2.8. Apresentar, na composição de seus preços:
 - 8.2.8.1. Taxa de Encargos Sociais e/ou taxa de B.D.I. inverossímil;
 - 8.2.8.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;
 - 8.2.8.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais e/ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.
 - 8.2.9. Tiver seu preço baseado em outra proposta.
 - 8.2.10. Tiver suprimido itens previstos, trocado ou acrescentado itens não previstos na **Planilha de Quantificação e Orçamento (Anexo V-A e V-B)**.
 - 8.2.11. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
 - 8.2.11.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global (sem ou com BDI) proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - 8.2.11.1.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou;
 - 8.2.11.1.2. Valor orçado pela Administração.
 - 8.2.11.2. Nessa situação, será facultado à Licitante o prazo de 1 (Um) dia útil para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
 - 8.2.12. Apresentar preço global (sem ou com BDI) orçado que supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.
 - 8.2.12.1. A participação na presente licitação implica a concordância da Licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este Edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a 10% (dez por cento) do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.
- 8.3. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

8.4. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.5. Quando todas as Licitantes forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá aplicar o disposto no artigo 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

9. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Eventuais pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados à Divisão de Compras, através do e-mail licitacao@uems.br e/ou licitacaouems@gmail.com.

9.1.1. Nos pedidos de esclarecimentos, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e, CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

9.1.2. Os esclarecimentos serão prestados pela Divisão de Compras, por e-mail, àquele que tenha realizado a respectiva solicitação.

9.1.3. A Divisão de Compras se reserva ao direito de emitir Nota Técnica para esclarecer as dúvidas que julgar pertinente a todos os interessados no certame.

9.2. Qualquer cidadão poderá impugnar o presente edital em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame devendo a Administração responde-la em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da impugnação.

9.2.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração a Licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.2.2. O prazo para resposta das impugnações poderá ser prorrogado, desde que justificado pela Administração.

9.2.3. As impugnações deverão ser encaminhadas ou entregues pessoalmente à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, situada na Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Caixa Postal 351, CEP 79804-970, Dourados/MS, e deverão ser endereçadas à Divisão de Compras, através do Setor de Protocolo desta Instituição.

9.2.3.1. Excepcionalmente serão aceitas as impugnações encaminhadas para o e-mail licitacao@uems.br e/ou licitacaouems@gmail.com, desde que apresentado código de rastreio ou outro comprovante de envio da versão física por correspondência para o endereço descrito no subitem anterior.

9.2.4. Acolhida ou não a impugnação contra o ato convocatório, a decisão será publicada em Diário Oficial do MS.

9.2.5. Para fins de avaliação da tempestividade da impugnação, será considerada tempestiva a impugnação **recebida pela Divisão de Compras** da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS até 05 (cinco) dias úteis da data fixada para a abertura do certame.

9.2.6. A impugnação poderá ou não ser recebida com efeito suspensivo, à critério da Administração.

9.3. Qualquer modificação no Edital, decorrente de impugnação e/ou esclarecimento, exige divulgação pelo mesmo veículo de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo para impugnações, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

10. DOS RECURSOS

10.1. Os recursos deverão ser interpostos motivadamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, sendo cabíveis nos casos de:

- 10.1.1. Habilitação ou inabilitação de Licitante;
- 10.1.2. Julgamento das propostas;
- 10.1.3. Anulação ou revogação da licitação;
- 10.1.4. Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

10.2. O respectivo recurso deverá ser encaminhado para o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, devendo ser protocolizado na Divisão de Compras localizada na Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, localizada na Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Caixa Postal 351, CEP 79804-970, Dourados/MS.

10.2.1. Para fins de avaliação da tempestividade do recurso, será considerado tempestivo o recurso **recebido pela Divisão de Compras** da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS até o esgotamento do prazo recursal.

10.3. A intimação far-se-á mediante publicação no Diário Oficial do MS, salvo para os casos de habilitação ou inabilitação da Licitante e julgamento das propostas, se presentes todas as Licitantes ou seus representantes, no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita a comunicação direta e expressa aos interessados e lavrada em ata, nos termos do d§ 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

10.4. Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.

10.5. Os recursos terão efeito suspensivo e seu provimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando a Comissão Permanente de Licitação reconsiderar sua decisão.

10.6. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, conforme § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

10.7. As decisões dos eventuais recursos serão publicadas no Diário Oficial do Estado do MS.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. A **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL – FAPEMS**, quando inexistir recurso, ou após o julgamento deste, e, após constatada a regularidade dos atos procedimentais do presente certame pela autoridade competente, realizará a Homologação do Certame, a qual será publicada em Diário Oficial do MS. Após ter sido realizada a Homologação do Certame, a **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL – FAPEMS** realizará a Adjudicação do objeto do mesmo em favor da Licitante vencedora.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A FAPEMS, **exigirá garantia** afim de assegurar a execução do Termo de Contrato ou outro instrumento hábil, bem como do próprio objeto.

12.2. A exigência de garantia, deverá respeitar as cláusulas seguintes.

12.3. A Licitante prestará garantia nos moldes do artigo 56, da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, sendo liberada de acordo com as condições previstas no presente documento.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

12.4. A Licitante deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, contado da assinatura do Termo de Contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

12.4.1. O valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e terá o seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, conforme disposto no artigo 56, §2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.4.1.1. Fica assegurado à Administração o direito de elevar o limite da garantia para 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nos termos do artigo 56, §3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.4.2. Caso o valor global da proposta da Licitante seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do **Termo de Contrato ou outro instrumento hábil**, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

12.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do Termo de Contrato;

12.5.2. Prejuízos diretos causados à **Contratante** decorrentes de culpa ou dolo durante o cumprimento do Termo de Contrato;

12.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela **Contratante** à Licitante; e

12.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Licitante, quando couber.

12.6. No caso de rescisão do **Termo de Contrato ou outro instrumento hábil**, por culpa da Licitante, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a Licitante por perdas e danos causados à Administração, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

12.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no artigo 19, inciso XIX, “c” da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008.

12.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da FAPEMS, em conta específica a ser fornecida pela mesma, com correção monetária.

12.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a **aplicação de multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) do valor do contrato por dia de atraso**, observado o máximo de 2% (dois por cento).

12.10. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.11. No caso de alteração do valor do **Termo de Contrato ou outro instrumento hábil**, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

12.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

12.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Licitante obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.16. A Administração executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.17. Será considerada extinta a garantia:

12.17.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **Contratante**, mediante termo circunstanciado, de que a Licitante cumpriu todas as obrigações advinda do presente certame;

12.18. No prazo de 03 (três) meses após o cumprimento do Termo de Contrato ou outro instrumento hábil, caso a FAPEMS não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

13. DA CONTRATAÇÃO E DO REAJUSTE CONTRATUAL

13.1. Após a homologação, **havendo ainda, por parte da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul – FAPEMS, interesse no cumprimento do objeto**, será realizada a contratação da Licitante vencedora, através de **Termo de Contrato**, prorrogável na forma dos art. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/9393.

13.2. A Licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido à Administração no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, de ofício ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. Se a Licitante vencedora, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocada outra Licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para celebrar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

13.4. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital e seus anexos.

13.4.1. Se durante a execução do contrato a Contratada deixar de possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital e seus anexos, está será notificada para que regularize tal situação, no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, contados da data da notificação, sob pena de Rescisão Contratual por culpa da Contratada.

13.5. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da Contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da Contratada.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

13.6. As demais cláusulas relacionadas ao cumprimento do objeto estão previstas na minuta do contrato.

14. DO PAGAMENTO E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, pela **Contratante**, nos moldes estabelecidos no **Termo de Contrato, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente** à execução dos serviços, desde que o prazo não seja superior à 30 (trinta) dias, contados da apresentação da **Nota Fiscal/Fatura** contendo o detalhamento da execução do serviço.

14.1.1. Como condição para o pagamento deverá ser observado os prazos e condições estabelecidos no **Cronograma Físico-Financeiro**, sob pena de retenção da glosa devida até o cumprimento de cada etapa.

14.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data final do período de adimplemento da parcela a que aquela se referir.

14.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Licitante providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

14.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado neste ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à Ordem de Execução de Serviço/Fornecimento e/ou Termo de Contrato a que se referir.

14.4. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Licitante:

14.4.1. Não produziu os resultados acordados;

14.4.2. Deixou de executar o objeto do presente certame, ou não o executou com a qualidade mínima exigida, ou;

14.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.5. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Licitante.

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

14.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.7.1. A Licitante regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Contratante**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

14.9. A Licitante ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões definidas no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Licitante que deixar de cumprir total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar a execução do Termo de Contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal e/ou não mantiver a proposta;

15.2. A Licitante que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência por escrito**, em decorrência de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **Contratante**;

15.2.2. **Multa administrativa**:

15.2.2.1. **Moratória** no percentual de 0,2% (zero virgula dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, quando deixar de cumprir a obrigação assumida no prazo estabelecido até o máximo de 10 (dez) dias, a partir do qual poderá a Administração considerar inadimplida a obrigação, ensejando, a consequente rescisão do Termo de Contrato ou outro instrumento equivalente, independentemente da cobrança de multa compensatória.

15.2.2.2. **Compensatória** no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Termo de Contrato ou outro documento equivalente, independente e cumulativa, no caso de inexecução total do objeto.

15.2.2.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

15.2.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

15.2.3. **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

15.2.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

15.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Termo de Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

15.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Termo de Contrato, após devidamente convocada, no prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

15.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

15.6. Também fica sujeita às penalidades do artigo. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Licitante que:

15.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

- 15.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- 15.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Administração serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou deduzidas das parcelas vencidas e ainda não pagas, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Estadual e cobrados judicialmente.
- 15.9.1. Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. O presente edital e seus anexos deverão ser lidos na íntegra, não sendo aceitas, a qualquer tempo, alegações de desconhecimento.
- 16.2. É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do valor ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 16.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.4. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 16.5. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.6. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 16.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 16.8. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão, conforme dispõe o artigo 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93.
- 16.9. As Licitantes, ainda que tenham retirado este Edital via internet, deverão acompanhar as publicações do presente processo licitatório por meio do Diário Oficial do MS.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

EDITAL – TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2017

16.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.12. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital e seus anexos será o da Seção Judiciária de Dourados/MS-Justiça Estadual, com exclusão de qualquer outro.

16.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.portal.uems.br/pro_reitoria/administracao/licitacoes.

16.14. A aquisição pessoal do presente edital se dará **apenas por meio de recursos de mídia digital**, tais como, CD, DVD e/ou Pen Drive, os quais devem ser fornecidos pela Licitante, podendo esta ser realizada junto à Divisão de Compras, da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo horário e local onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e onde será recebida a documentação exigida no presente Edital e seus anexos.

16.15. São partes integrantes deste Edital, o Memorial Descritivo (Anexo I), o Modelo de Proposta (Anexo II), o Projeto Básico e Plantas (Anexo III e IV), a Planilha de Quantificação e Orçamento (Anexo V-A), a Planilha de Quantificação e Orçamento em Branco (Anexo V-B), Cronograma Físico-Financeiro (Anexo VI-A), Cronograma Físico-Financeiro em Branco (Anexo VI-B), as Declarações Exigidas (Anexo VII, VIII, IX-A, IX-B, X e XI), a Minuta do Termo de Contrato (Anexo XII) a Composição de BDI (Anexo XIII) e a Ficha Cadastral (Anexo XIV-A e XIV-B).

16.16. Os casos omissos quanto ao presente Edital e seus anexos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

Dourados – MS, 18 de outubro de 2017.

Tiago de Lima Marinho
Chefe de Divisão de Compras/UEMS